VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS CONTRA INDÍGENAS NO BRASIL: DESAFIOS SOBRE O PASSADO E SOBRE O FUTURO

Gilberto de Souza Marques
Indira Rocha Marques
Rodolfo Machado
Johannes Kretschmer

Violações

"*Ya temi xoa*" gritam os Yanomami. Significa: "nós ainda estamos vivos!" Durante o governo de ultradireita de Bolsonaro (2019-2022), o povo indígena Yanomami (Amazônia brasileira) sofreu uma política de extermínio (MARQUES, 2023).

Durante a ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1989), os povos originários do Brasil tiveram seus territórios entregues a latifundiários e grandes empresas. Grandes obras públicas passaram sobre os territórios levando doenças, assassinatos, estupros e outras violações. Foi o caso da construção da rodovia Perimetral Norte (a partir de 1973), sobre o povo Yanomami.

O caso Yanomami, mas principalmente Waimiri-Atroari, Tukano, Jiahui, Tenharim, entre outros, fazem parte das investigações que conduzimos sobre as graves violações de direitos humanos cometidas contra os povos indígenas. Buscamos comprovar as violações e conseguir reparação às vítimas. Pesquisamos os arquivos do Sistema Nacional de Informações da ditadura, outros arquivos e colhemos depoimentos das vítimas. Desde o início, trabalhamos junto aos povos, de modo a não os silenciarmos.

O relatório da investigação foi entregue aos povos e ao Ministério Público e, agora, estamos na mobilização por justiça. Em 2023, realizamos assembleia com os Tenharim e Jiahui (sul do Amazonas) e em 2024 com o Waimiri-Atroari (norte do Amazonas e sul de Roraima). Fundamos o Fórum Amazônia por Verdade, Justiça e Reparação, reunindo pesquisadores(as), ativistas e lideranças sociais e indígenas, para impulsionar a luta por reparação.

Na construção da rodovia Perimetral Norte a principal empresa construtora foi a Camargo Corrêa. No Sul do Amazonas, na construção da rodovia Transamazônica, a construtora foi a Paranapanema. Essas e outras empresas apoiavam a ditadura e se beneficiavam disso. A Paranapanema nomeou ministros do governo federal (ministro de minas e energia, por ex.) e, ao mesmo tempo, contratou, para sua diretoria, oficiais das Forças Armadas (MARQUES et al, 2023).

Durante a obra, a Paranapanema se apropriou de parte do território indígena, saqueando suas riquezas. A estrada passou por cima de aldeias e cemitérios (sem retirar os mortos). Tenharim, Jiahui, Parintintim, entre outros, relataram estupros, proibição de falar a língua

indígena, escravização e sequestro de mulheres e crianças. Afirmam também que a obra levou doenças que eles não conheciam. Em algumas aldeias, todos ficaram doentes e os que ainda estavam vivos não tinham forças para enterrar os mortos.

Os Tenharim do igarapé Preto, que somavam algumas centenas, foram reduzidos a 20 pessoas. Os Jiahui que eram mais de mil foram diminuídos para 6 pessoas. Os Piripkura, atingidos por mineradoras e latifundiários, em 2024 contavam apenas 3 indígenas.

Na região do rio Negro, a Paranapanema reprimiu ribeirinhos e garimpeiros, controlou garimpos de extração de ouro e dominou áreas e rios de fronteira internacional, decidindo quem poderia ou não navegar neles. Também escravizou indígenas.

Em 1967 o governo iniciou a construção da BR 174 sobre o território Waimiri-Atroari (Kinja/Kiña). O povo resistiu e o Exército os bombardeou, usando até *napalm*, o mesmo que os EUA jogavam sobre os vietnamitas.

> Kramna Mudî era uma aldeia Kiña que se localizava na margem oeste da BR-174, [...]. No segundo semestre de 1974, Kramna Mudî acolhia o povo Kiña para sua festa tradicional. Pelo meio-dia [..] o avião derramou um pó. Todos, menos um, foram atingidos e morreram [...] Os alunos da aldeia Yawará forneceram uma relação de 33 parentes mortos neste massacre. (SCHWADE apud CEDVMJA, 2014, p. 15)

A estrada viabilizou a construção da UHE Balbina, sobre o território Kinja, e tornou possível a extração de cassiterita[1] nas terras indígenas. Em 1981, o presidente João Figueiredo, anulou a criação da reserva indígena e retirou 526,8 hectares do território indígena, repassados à Paranapanema. No ano seguinte, a Mineração Taboca, subsidiária da Paranapanema, instalou o empreendimento que foi o principal responsável por tornar a empresa um dos maiores grupos econômicos do Brasil (MARQUES et al, 2023).

Ataques do Exército, de empresa paramilitar a serviço da mineradora e disseminação de doenças fizeram com que os Kinja que eram aproximadamente 3 mil no início dos anos 1970 fossem reduzidos a 332 pessoas em1983.



Maloca dos Waimiri-Atroari incendiada

1 Minério de onde se extraí o estanho, usado para fins diversos, inclusive na produção do aço.

Fonte: Casa de Cultura do Urubuí

Para se apropriar da mina, Paranapanema e governo fizeram uma fraude cartográfica e etnográfica, alterando mapas e alegando que não havia indígenas na área, mas mapas e documentos diversos, inclusive do governo, contrariam essa afirmação. Em depoimento, os Kinja nos afirmaram que moravam e caçavam nessa região.

Passado presente e futuro como desafio

Ya temi xoa! Os povos que ainda estão vivos não deixaram de lutar. Defendem a floresta e exigem reparação. Todos os violadores têm que ser responsabilizados, mas a maior reparação é a publicização desses casos e a responsabilização dos culpados. Esperamos que isso diminua a quantidade de quem ainda saúda uma ditadura que nunca mais deve se repetir. Reparação já! ditadura nunca mais! Esses são desafios do passado que apontam para o futuro.

A nossa cooperação com parceiros como KoBra procura incentivar o debate com as forças democráticas na Alemanha sobre memória e justiça, principalmente no caso dos povos indígenas. A história dos crimes contra eles durante a ditadura ainda é pouca conhecida, mesmo no Brasil.

É fundamental compartilhar com a sociedade civil alemã o conhecimento indígena a respeito do que acontece hoje na Amazônia, afinal dar visibilidade à luta contra a violência sistemática sofrida pelos povos originários fortalece a defesa de seus direitos e territórios tradicionais, bem como a atuação de suas lideranças.

Estamos em eleições gerais no Brasil (2026). A ultradireita apresentou alguns candidatos a Presidente. O mais forte é o filho do ex-presidente Bolsonaro, que está preso por causa da tentativa de golpe depois que perdeu as eleições para Lula da Silva em 2022. Derrotar eleitoralmente e nas lutas sociais a ultradireita é parte da busca por reparação e por um Brasil de igualdade social e sem violações de direitos.

Referências

COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS (CDVMJA). A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari. Campinas: Curt Nimuendaju, 2014.

MARQUES, Gilberto. Amazônia: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

MARQUES, Gilberto et al. Violações de direitos cometidos por empresas durante a ditadura – o caso Paranapanema. Relatório final. São Paulo: CAAF/Unifesp, 2023.